



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 30/10/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar ausente do concelho, no período de 2 a 13 de novembro será substituído no cargo de Vereador pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015
3. REQ. N. 1338/15, DATADO DE 21/09/2015 – PC N.º 180/15, DATADO DE 02/06/2015 – PAULO JORGE VIEIRA DE SOUSA e SANDRINA ALICE CARREIRA FERREIRA DE SOUSA

4. REQ. N. 1586/15, DATADO DE 30/10/2015 – PC N.º 402/15, DATADO DE 30/10/2015 – ARTUR SOARES ALVES
5. REQ. N. 1422/15, DATADO DE 02/10/2015 – PC N.º 357/15, DATADO DE 02/10/2015 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS
6. REQ. N. 1473/15, DATADO DE 13/10/2015 – PC N.º 373/15, DATADO DE 13/10/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES
7. REQ. N. 1028/15, DATADO DE 28/07/2015 – PC N.º 252/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.
8. REQ. N. 1029/15, DATADO DE 28/07/2015 – PC N.º 253/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.
9. REQ. N. 12776/15, DATADO DE 09/08/2015 – PC N.º 319/15, DATADO DE 09/08/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
10. REQ. N. 1506/15, DATADO DE 16/10/2015 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES, CARLOS ALBERTO MURTINHEIRA ROQUE E JEREMY FREDERIC ROQUE
11. REQ. N. 1405/15, DATADO DE 30/09/2015 – PC N.º 319/14, DATADO DE 23/09/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
12. REQ. N. 1406/15, DATADO DE 30/09/2015 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
13. REQ. N. 1522/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A.
14. REQ. N. 1298/15, DATADO DE 11/09/2015 – PC N.º 168/10, DATADO DE 17/08/2010 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE
15. REQ. N. 1546/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 1351/00, DATADO DE 15/12/2000 – ARMÉNIO GANDAREZ COUTINHO
16. REQ. N. 1595/15, DATADO DE 02/11/2015 – PC N.º 251/15, DATADO DE 28/07/2015 – CONQUEIOBRA-SOC.CONST.CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA.
17. REQ. N. 1423/15, DATADO DE 02/10/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE 07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO

18. REQ. N. 796/15, DATADO DE 05/06/2015 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES
19. REQ. N. 344/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 418/11, DATADO DE 10/11/2011 – MANUEL SIMÕES CARVALHO
20. REQ. N. 84/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2015 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURISTICOS, LDA.
21. REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015 – ASSOCIACAO DE PROMOCAO SOCIAL
22. E/7969/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
23. REQ. N. 1276/15, DATADO DE 08/09/2015 – PC N.º 298/11, DATADO DE 01/08/2011 – EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPessoal LDA.
24. REQ. N. 1265/15, DATADO DE 04/09/2015 – PC N.º 346/2015, DATADO DE 04/09/2015 – ONTIMEPLÁS-INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA
25. REQ. N. 1362/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 392/2015, DATADO DE 24/09/2015 – J.M. FERNANDES – RECICLAGEM DE SUCATAS, LDA
26. REQ. N. 1527/15, DATADO DE 20/10/2015 – PC N.º 287/2015, DATADO DE 06/08/2015 – VIDROMECHANICA-METALOMECHANICA VIDREIRA, LDA.
27. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
28. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
29. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTES: MARIA DE FÁTIMA PARRACHO VENÂNCIO GOUVEIA E JOSÉ JACINTO DA SILVA GOUVEIA – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE DEFERIMENTO DO PEDIDO, DE 13.08.2015 – DA ACEITAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS NA DFTI PELOS REQUERENTES, PARA EFEITOS DE PAGAMENTO.
30. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: BRUNO MARQUES LEAL – Apreciação - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

31. PASSAGEM DE COLETOR DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS ENTRE A RUA DE S. SILVESTRE E A RUA DO LAVADOURO
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS *“SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL E PRODUÇÃO DIGITAL PARA A ÁREA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM DE ÁGUA RESIDUAIS E RESÍDUOS URBANOS PARA OS ANOS DE 2016 E 2017”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO DE NATAL”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
37. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA
38. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA
39. CEDÊNCIA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO AUDITÓRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS, PARA FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DA MARINHA GRANDE

40. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
41. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2016.
42. ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR PÚBLICO A PARTICIPANTES NA APRESENTAÇÃO DA PEÇA “PALCO DE MEMÓRIAS”
43. PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E O TURISMO CENTRO DE PORTUGAL
44. PROTOCOLO COM A MG RÁDIO – RÁDIO E COMUNICAÇÃO DA MARINHA GRANDE, LDA. - OFERTA DE BILHETES DE ESPETÁCULOS EM REPRESENTAÇÃO NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS
45. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se o seguinte munícipe:

1 – **Sr. Hélio José Marques da Silva Moleiro**, residente na Rua da Cavadinha, n.º 5, Moita, que, na qualidade de **Presidente do Clube Desportivo Moitense**, pretende falar sobre a falta de pagamento do protocolo realizado entre a Câmara Municipal da Marinha Grande e o Clube Desportivo Moitense, relativo à cedência de sala para funcionamento da Fonoteca Municipal da Moita.

O munícipe não compareceu.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

738 - **O Sr. Presidente** apresentou o seguinte voto de louvor:

VOTO DE LOUVOR – 30.º ANIVERSÁRIO CENFIM

- 1. Considerando a importância para o desenvolvimento económico e social do Município da rede empresarial implantada no território;*
- 2. Considerando o papel determinante do CENFIM – Centro de Formação Metalúrgica e Metalomecânica – para o crescimento e consolidação das Empresas;*
- 3. Considerando o papel relevante do CENFIM na formação e qualificação profissional de jovens e outros trabalhadores em situação de requalificação;*
- 4. Considerando que o CENFIM é hoje uma Instituição de ensino e formação profissional, de interesse público, e presente em diversos pontos do território nacional;*
- 5. Considerando que o CENFIM comemorou no passado dia 11 de Novembro 30 anos desde a data da criação do seu primeiro núcleo, na Marinha Grande;*

A Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária nesta data, decide aprovar um VOTO DE LOUVOR extensível à Direcção Nacional e Local do CENFIM, Órgãos Sociais, Professores/Formadores, Colaboradores e Alunos.

Este VOTO DE LOUVOR será enviado à Direcção Nacional do CENFIM e à Direcção do Núcleo da Marinha Grande.

Marinha Grande, 12 de Novembro de 2015. ”

Sobre o voto de louvor registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que vai votar favoravelmente por entender que este voto de louvor é mais do que justo, pelo trabalho desenvolvido na formação dos jovens e na empregabilidade. E vai votar porque não vai adotar a postura do Presidente da Câmara, com uma política de dois pesos e duas medidas, ou seja, o que a CDU apresenta causa embaraço e não se pode votar, como foi o caso da Moção contra o encerramento de escolas, aquilo que o Presidente apresenta já se pode votar. Dá o seu sincero apoio e continua a ser coerente com a sua anterior posição, de que se pode votar no período de antes da ordem do dia.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que se revê nas palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira, de se poder ou não votar, porque na altura da apresentação da Moção da CDU também queria votar a sua proposta de alteração dos horários do mercado. Esta é que é a postura correta.

Sobre o CENFIM, traçou um breve historial, desde a sua origem até aos dias de hoje, salientando a formação que ali é ministrada, direccionada em duas vias: o mercado de

trabalho ou a continuação da vida académica. Hoje, o maior desafio é o investimento nestes centros, porque têm uma grande taxa de empregabilidade, cerca de 95%. É formador do CENFIM e recomenda, pois a formação tem uma vertente teórica e prática, nas próprias empresas. A formação profissional é um importante veículo para formar jovens, pelo que deixou o desafio ao Conselho Municipal de Educação para que convidem os Diretores do centro.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que já tem estado presente um representante do CENFIM, no entanto vai tomar nota desta sugestão.

O **Sr. Vereador António Santos** abordou a oportunidade ou não deste voto, referindo que não concorda com o Sr. Vereador Vítor Pereira. Na altura da apresentação da Moção da CDU também concordou que devia ser adiada a votação porque necessitava de estudo aprofundado, enquanto o voto de louvor é apenas para reconhecer o mérito. Este deve ser votado agora, outros assuntos devem passar para depois, porque necessitam de estudo prévio e aprofundado, para não falar de improviso mas com estudo.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que também vai votar porque reconhece que é de inteira justiça que se faça. Enquanto Vereadora da Educação, reuniu com o CENFIM, que participou na Semana da Educação, e na altura visitou as instalações, tendo constatado que havia um casal do norte do País que trouxe a família para a Marinha Grande atraídos pela possibilidade de terem emprego garantido após a formação. O CENFIM é um parceiro da autarquia, pelo que lançou o repto para que na próxima Semana da Educação se incluía a formação, passando a designar-se Semana da Formação e da Educação.

Terminou dizendo que vai votar favoravelmente e que assina por baixo o reparo feito pelo Sr. Vereador Vítor Pereira.

O **Sr. Presidente** disse que se revê nas palavras do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e subscreve-as, porque reconhece a instituição e a sua importância na nossa comunidade. Uma das propostas para o Orçamento apresentada pelo Sr. Vereador Aurélio referia a chamada do CENFIM para a Semana da Educação.

Também concorda e subscreve as palavras do Sr. Vereador António Santos, uma vez que a Moção da CDU tinha influência futura na actividade da Câmara e precisava de ser analisada, assim como a proposta dos horários do mercado.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação o VOTO de LOUVOR, que foi aprovado por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Seguiram-se as intervenções dos Srs. Vereadores no período de antes da ordem do dia.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Petição de Moradores e Utilizadores da Rua Brejo do Olho em Picassinos, datada de Maio de 2015.
Insistem, pela terceira vez, para que sejam tomadas medidas para diminuir a sinistralidade no cruzamento com a estrada Picassinos/Maceira. Se a construção de lombas não for a melhor solução, pedem que se adote uma outra considerada mais eficaz, e com urgência, porque já estão a aguardar há muito tempo.
- ⇒ Elogiou o projeto da Biblioteca Municipal “Livros em Movimento”, muito importante para promover o gosto pela leitura
- ⇒ Sobre o canil/gatil, perguntou para quando a sua inauguração e início de funcionamento.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu o facto de a Marinha Grande ser um dos concelhos com maior poder de compra, mas se as pessoas saírem da cidade para comprar é porque é preciso cativar este poder de compra, revitalizando o centro. Há que fazê-lo e usar os meios e financiamentos que existem para investir nesta área.
- ⇒ Reparo – a CDU denunciou que os outros Vereadores não tinham apresentado declaração de rendimentos ao Tribunal Constitucional (a Sr.ª Vereadora Alexandra esclareceu que não era a não apresentação ao TC mas sim no site da Câmara), pelo que exibiu a sua declaração de rendimentos, afirmando que a sua vida é transparente.
- ⇒ Chamou a atenção para os bancos da Praça Stephens, que se estão a degradar, e para o sinal de *wireless*, que está há meses no chão.
- ⇒ Sendo a Marinha Grande terra do vidro e das bicicletas, ao ver a notícia de que Amarante vai investir nas bicicletas, e como entende que se devem copiar as boas ideias, pensou que também se devia investir em bicicletas, e em vez de se chamarem “gonçalinas”, como em Amarante, poderiam chamar-se “vicentinas”. Deixou a sugestão, com algum sentido de humor.
- ⇒ Disse que se sente orgulhoso porque a Câmara vai ter mais dinheiro de receita do IMI, uma vez que vai aumentar a nível nacional. Por outro lado, como a Volkswagen vai pagar impostos, que se vão reflectir no IUC, vai fazer com que também calhe uma fatia à Marinha Grande. Está por isso tudo a correr de feição, o dinheiro não vai faltar, haja projectos para fazer.
- ⇒ Sobre a governabilidade e estabilidade do concelho, continua a afirmar que deve governar quem ganha. Já leu que esta Câmara está presa por um fio, mas acha que quem o diz não pensa nas pessoas e na sua dignidade. Na sua opinião, e já que a nível nacional o PS fez um pacto com a CDU, aqui no concelho também deveriam

fazer um pacto e não dizer que a governabilidade da Câmara está por um fio. É feio os filhos (CDU local) desobedecerem aos pais (CDU nacional).

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Felicitou o piloto marinhense Rafael Cardeira, por se ter sagrado campeão nacional de Ralis RC5.
- ⇒ Felicitou também o grupo de teatro do Operário, pelo primeiro prémio dos melhores talentos portugueses do Inatel, no âmbito dos “centros de cultura e desporto”.
- ⇒ Felicitou ainda a empresa Plastimago e o CDRSP, por terem ganho o galardão do 1.º lugar no Concurso Internacional de Design e Engenharia Valorpneu 2015. Recordou que foi o segundo ano consecutivo que ganharam este galardão.
- ⇒ Sobre o poder de compra da Marinha Grande, disse que estamos abaixo da média nacional e estamos a descer de ano para ano. As taxas na Marinha são muito elevadas. Deu o exemplo publicado hoje no jornal de Leiria, das taxas de anúncios luminosos, iluminados e semelhantes: 10 euros (m2/ano) em Aveiro, 13,20 euros em Porto de Mós, 13,90 euros em Pombal, 30 euros em Coimbra, 46 euros na Batalha, 59,92 euros em Leiria. Na Marinha Grande, o licenciamento de publicidade tem taxa única para todos os formatos: 60 euros (m2/ano).
- ⇒ Sobre o horário do mercado municipal, releva o facto de terem sido afixados os novos horários. Deste modo, sobretudo os vendedores, conhecem os horários que devem cumprir. Mas os cidadãos, que leram nos jornais que o horário do mercado tinha sido reduzido (abria às 7h e encerrava às 12h30), continuam sem ter conhecimento. Na sua proposta, aqui aprovada na última reunião, estava referido que *“Mais proponho que o novo horário seja publicitado através de edital, nos meios de comunicação locais e demais modos de comunicação.”*
Assim, gostaria que informassem se a Câmara emitiu alguma nota de imprensa sobre a reposição do horário do mercado municipal, para que desse modo, os jornais e a RCM, possam informar os seus leitores e ouvintes. Se ainda não foi feito, reforça a sua sugestão para que seja feito.
- ⇒ Sobre o Mercado Municipal disse o seguinte:
“Quando nos apresentaram o PEDU para tomarmos conhecimento, foi dito que o Mercado Municipal é para ser construído nos estaleiros municipais. Para além do que já foi referido sobre a ausência de discussão deste assunto, agora surgiram outras informações, e por isso gostaria que esclarecessem:
 - a) Ao fazerem o mercado nos estaleiros, para onde irão os estaleiros municipais?*
 - b) Se pretendem fazer o mercado naquele local, qual a razão para ter sido adjudicado no mês passado a “Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal”, pelo montante de € 139.495,13?*
 - c) Estaremos a utilizar a mesma metodologia que utilizamos nas escolas do Pilado em que apesar de terem intenção de fazer um Centro Escolar, que agregaria as*

*escolas do Pilado, gastaram na requalificação dos edifícios mais de 400.000,00€.
Entretanto se o Centro Escolar for feito e deslocarem para lá as crianças ficará um
edifício escolar requalificado, mas sem crianças.*

d) Não vai acontecer o mesmo aos edifícios do Estaleiro Municipal?

- ⇒ Sobre a documentação que tem vindo a receber, questionou o motivo porque voltaram a receber documentos truncados, digitalizados com áreas tapadas, vá-se lá saber porquê.

Não se compreende que os documentos enviados venham truncados, quando depois aqui se tem acesso aos originais e se podem ver as diferenças.

Como nas últimas reuniões este procedimento tinha desaparecido e os documentos digitalizados vinham integralmente fiéis aos originais, questionou se foi então um lapso, um esquecimento de taparem qualquer coisa, ou se intencionalmente voltámos de novo à censura.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ As bicicletas são uma boa ideia, que até consta do programa da CDU.
- ⇒ Sobre a Escola da Fonte Santa, disse que não basta lá mandar o técnico, que foi ver se havia uma luz de ligação permanente, porque não é esse o problema. Há simplesmente que desligar a luz, para poupar.
- ⇒ Estacionamento na Amieirinha – foi lá uma brigada da sinalização horizontal, mas não fizeram nada do que era necessário, apenas reforçaram a pintura do existente. Continua a haver estacionamento dos dois lados e assim os autocarros não passam.
- ⇒ TUMG – já falou com a Dr.^a Fátima Cardoso, porque há horários que não se cumprem, mas o mais grave é que há carreiras que não se fazem. Os horários têm que ser revistos, porque a passagem é de hora a hora (e não de meia em meia hora).
- ⇒ Felicitou o grupo de Teatro do Operário, embora já o tenha feito, e também felicitou o Rafael Cardeira pelos resultados obtidos.
- ⇒ Sobre a questão do poder de compra, partilha as preocupações do Sr. Vereador Aurélio, porque tem que se ver porque é que tem vindo a diminuir. Porquê? Quais os factores que influenciam esta tendência de baixa do poder de compra?
- ⇒ Revisão em baixa das taxas – constava do programa da CDU e nunca se concretizou. As taxas elevadas são obstáculos ao desenvolvimento económico. O retorno da publicidade é inferior ao que se verifica noutros concelhos vizinhos, onde as taxas são mais baixas. Entende que no futuro, este assunto deverá constar da agenda política.
- ⇒ Acordo CDU/PS – o que se passa a nível nacional poderá ter reflexos locais diferentes. Saúda a política nacional e o derrube daqueles que espoliaram a população portuguesa. A nível local não há decalques. Houve um compromisso com o PS, que teve o seu tempo. Não se devem misturar as coisas.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e apresentou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu ao Sr. Vereador António Santos pela insistência em que a CDU volte a influenciar os destinos da autarquia, o que significa que gostou do trabalho.
- ⇒ Felicitou também o grupo de teatro do Operário e o Rafael Cardeira.
- ⇒ Questionou para quando a abertura do canil?
- ⇒ Qual o ponto de situação dos cães nas matas?
- ⇒ Para quando a reparação das calçadas em S. Pedro de Moel?
- ⇒ Como está o processo relativo à sinalética no concelho?
- ⇒ Taxas – constava do compromisso do PS/CDU, para serem revistas em baixa. Entende que é importante que esta questão passe a constar da agenda política, porque houve taxas que foram muito aumentadas.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu o seguinte:

- ⇒ Felicitou também o grupo de teatro do Operário e o Rafael Cardeira, salientando que o Operário tem uma boa exposição de instrumentos musicais, cuja visita recomenda.
- ⇒ Deixou também o convite para que visitem a exposição do NAC, a do António Esteves, no Museu do Vidro, e ainda os trabalhos da Galeria Municipal.
- ⇒ Informou que estão a ser preparadas as comemorações do aniversário do Museu do Vidro, a 13 de dezembro. A 5 de dezembro, no Museu Joaquim Correia, será inaugurada uma exposição dos seus presépios, que se enquadra na época festiva do Natal, e que representa também uma aposta na área comercial da nossa terra.
- ⇒ Informou que o centro vai ser iluminado, e que será colocado um presépio na Resinagem, que é de um munícipe da Comeira, que foi desafiado a trazê-lo para a Resinagem. Também se vão realizar iniciativas nas férias de Natal das crianças, com uma tenda colocada na praça e onde decorrerão várias actividades.
- ⇒ A 27 de dezembro realizar-se-á uma formação para técnicos da área, no âmbito do Protocolo celebrado com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- ⇒ Por último, lembrou todos os espectáculos que constam da nossa agenda cultural.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- ⇒ Projeto de Regulamento de horários – já enviou os documentos e pediu contributos.
- ⇒ No sábado, acompanhou uma delegação de empresários a Montemor-o-Novo, no âmbito do projecto “Dá-te a conhecer”. Participou nesta jornada, que foi um sucesso. A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Montemor foi inexcelável,

acompanhou sempre toda a delegação, de mais de 50 pessoas. Quer deixar registado que teve muito prazer em acompanhar esta deslocação a uma das cidades geminadas com a Marinha Grande.

- ⇒ Abaixo-assinado – a solução não passa por lombas, é uma outra e de grande investimento.
- ⇒ Canil – só faltam os arranjos exteriores, que serão feitos pelos serviços da Câmara, encontrando-se em fase de ajardinamento do espaço envolvente. Prevê que abra depois. É verdade que isso não é razão que impeça a recolha dos cães. Mas infelizmente há pessoas que continuam a alimentar os cães da mata e não dizem onde estão. Os cães estão abandonados por falta de civismo, as matilhas aumentam porque as pessoas abandonam cadelas prenhas na mata, há filmagens disto, e assim é impossível controlar esta situação. As armadilhas estão lá mas não resultam, porque os cães vão para outro lado, onde os alimentam.
- ⇒ Bancos da praça – são lavados regularmente, mas vai ver a situação do arranjo.
- ⇒ Governabilidade da Câmara – é intenção do executivo permanente cumprir o mandato outorgado pelos cidadãos. A situação alterou-se, a postura do executivo tem sido diferente, e pretendem levar a bom porto a missão que a população lhes confiou, assumindo cada um os seus compromissos na obtenção de consensos. Os objetivos de quem ganhou a Câmara são os mesmos de quem está na oposição: bem servir as populações.
- ⇒ Taxas – o assunto está na ordem do dia. Pediu à CIMRL a possibilidade de se fazer um estudo económico, uma vez que estas taxas resultaram do estudo de 2009.
- ⇒ Horário do mercado – reconheceu que a sua preocupação foi a de que os horários fossem logo afixados. Já pediu para serem feitas as notas de imprensa a divulgar a alteração.
- ⇒ Localização do mercado – é uma proposta de uma candidatura, que até pode vir a não ser aprovada. Parece-lhe que o Sr. Vereador Aurélio não sabe bem onde é a localização.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, referindo que ele não sabe nem ninguém sabe.

O **Sr. Presidente** prosseguiu dizendo que o projecto não abrange todos os estaleiros, é só a parte poente da vala, onde estão os inertes, não é na outra parte onde estão os serviços técnicos. É aí que se vai investir, tirando as telhas de amianto.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou como é que há candidatura para obra nova se não há obra nova?

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se os estaleiros vão ficar no mesmo sítio ou não?

O **Sr. Presidente** informou que os gabinetes técnicos e o serviço de aprovisionamento vão ficar. Onde eventualmente se fará o mercado é noutro local.

- ⇒ Escola da Fonte Santa – vai voltar a ver a situação. O técnico foi ver porque lhe disseram que seriam as luzes de presença e de emergência. Como não são vai voltar a ver.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que foi informada que as luzes só estão acesas até às 19:00 horas, quando há crianças, por isso supõe que talvez tenha sido um esquecimento, mas também vai ver.

- ⇒ Amieirinha – vai ver os locais de estacionamento. O Sr. Vereador Vítor Pereira também irá.
- ⇒ TUMG – vai analisar a situação descrita.
- ⇒ Calçadas de S. Pedro – a prestação de serviços já começou. Neste momento estão em Casal do Malta e também irão acudir a outras situações.
- ⇒ Sinalética – já tem o dossier do estudo, mas ainda não o analisou. Tem que ver se as necessidades levantadas são exequíveis.
- ⇒ Informou sobre a substituição dos equipamentos de brincadeira nas escolas do concelho.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou se neste momento os equipamentos dos parques já estão todos homologados.

O **Sr. Presidente** respondeu que foram vistoriados pela ASAE, que chamou a atenção de alguns aspectos, e neste momento estão todos homologados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015

739 - Presente a ata n.º 28, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 29 de outubro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, por não ter estado presente na reunião.

**3 - REQ. N. 1338/15, DATADO DE 21/09/2015 – PC N.º 180/15, DATADO DE 02/06/2015 –
PAULO JORGE VIEIRA DE SOUSA e SANDRINA ALICE CARREIRA FERREIRA DE SOUSA**

740 - Presente requerimento n.º 1338/15, datado de 2015/09/21, constante do processo camarário n.º 180/15, subscrito por PAULO JORGE VIEIRA DE SOUSA, com o NIF 209329769 e SANDRINA ALICE CARREIRA FERREIRA DE SOUSA, com o NIF 215965418, ambos residentes em Rua do Bairrinho, n.º 12, Souto do Meio, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, localizada num prédio urbano sito na Travessa das Camarinhas, n.º 5, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.863, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 5670-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/10/28, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação”, localizada num prédio urbano sito na Travessa das Camarinhas, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7863, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 5670-P, com o número de processo 180/15, com data de entrada em 2015/06/02, apresentado por PAULO JORGE VIEIRA DE SOUSA, com o NIF 209329769 e SANDRINA ALICE CARREIRA FERREIRA DE SOUSA, com o NIF 215965418, ambos residentes em Rua do Bairrinho, n.º 12, Souto do Meio, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Instalação da plataforma elevatória junto da escada de ligação ao piso dos quartos e instalação sanitária, seja efetuada de acordo com o previsto na Secção 2.7 – Plataformas elevatórias, constante das Normas Técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, anexas ao Decreto-lei n.º 163/2006, de 08/08.
4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 1586/15, DATADO DE 30/10/2015 – PC N.º 402/15, DATADO DE 30/10/2015 –
ARTUR SOARES ALVES**

741 - Presente requerimento n.º 1586/15, datado de 2015/10/30, constante do processo camarário n.º 402/15, subscrito por **ARTUR SOARES ALVES**, com o NIF 142993158, residente na Rua de Leiria, n.º 28, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Diogo Stephens, n.º 19, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.266 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.011-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.680, da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/03, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6266 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.011-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.680, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 402/15, com data de entrada em 2015/10/30, apresentado por **ARTUR SOARES ALVES**, com o NIF 142993158, residente na Rua de Leiria, n.º 28, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de peça gráfica relativa ao esquema de chaminé de ventilação e exaustão de fumos ou gases de combustão/esquema de apanha fumos da cozinha.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
5. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

5 - REQ. N. 1422/15, DATADO DE 02/10/2015 – PC N.º 357/15, DATADO DE 02/10/2015 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS

742 - Presente requerimento n.º 1422/15, datado de 2015/10/02, constante do processo camarário n.º 357/15, subscrito por **LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**, com o NIF 183011368, residente na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um anexo*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.931, e inscrito na respetiva matriz sob o número 19924-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/02, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de um anexo”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13931, e inscrito na respetiva matriz sob o número 19924-P, com o número de processo 357/15, com data de entrada em 2015/10/02, apresentado por LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS, com o NIF 183011368, residente na Rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1473/15, DATADO DE 13/10/2015 – PC N.º 373/15, DATADO DE 13/10/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES

743 - Presente requerimento n.º 1473/15, datado de 2015/10/13, constante do processo camarário n.º 373/15, subscrito por **MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO**, com o NIF 244501440 e residência na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e **ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES**, com o NIF 244501882 e residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um Anexo*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/10/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma anexo”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.005, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10.838, com o número de processo 373/15, com data de entrada em 2015/10/13, apresentado por MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO, com o NIF 244501440 e residência na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES, com o NIF 244501882 e residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1028/15, DATADO DE 28/07/2015 – PC N.º 252/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.

744 - Presente pedido com o registo n.º 1028/15, datado de 28/07/2015 relativo a licenciamento de ampliação em unidade industrial, localizada na Estrada do Guilherme, n.º 119, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 252/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 07/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:
DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a

redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de ampliação em unidade industrial, localizada na estrada do Guilherme, n.º 119, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 252/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos que se vierem a considerar como necessários à conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1029/15, DATADO DE 28/07/2015 – PC N.º 253/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.

745 - Presente pedido com o registo n.º 1029/15, datado de 28/07/2015 relativo a licenciamento de ampliação em unidade industrial, localizada na Estrada do Guilherme, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.562, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 253/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 09/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação em unidade industrial, localizada na estrada do Guilherme, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.562, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 253/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

2.- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos que se vierem a considerar como necessários à conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1277/15, DATADO DE 09/08/2015 e REQ. N. 1319/15, DATADO DE 16/09/2015 – PC N.º 319/15, DATADO DE 09/08/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.

746 - Presente pedido com o registo n.º 1277/15, datado de 08/09/2015 relativo a licenciamento de **obras de ampliação a realizar por fases numa unidade industrial**, sita na Rua das Rosas, Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 319/15, com data de entrada de 08/09/2015, apresentado por **VIPEX – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes projetos das especialidades, apresentados a coberto do requerimento n.º 1319/15, de 16/09/2015, relativos à 1ª fase dos trabalhos, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 09/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido e os projetos de especialidade relativos à 1ª fase, em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao licenciamento de obras de ampliação a realizar por fases numa unidade industrial, sita na Rua das Rosas, Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 319/15, com data de entrada de 08/09/2015, apresentado por **VIPEX – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Admitir, nos termos do n.º 6 do artigo 59º do RJUE, o faseamento da execução das obras nos termos requeridos, de acordo com o respetivo projeto de arquitetura;

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, o licenciamento das obras referentes à 1ª fase do processo licenciamento de obras de ampliação a realizar por fases numa unidade industrial, sita na rua das Rosas, Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 319/15, com data de entrada de 08/09/2015, apresentado por VIPEX – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1506/15, DATADO DE 16/10/2015 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES, CARLOS ALBERTO MURTINHEIRA ROQUE E JEREMY FREDERIC ROQUE

747 - Presente requerimento n.º 1506/15, datado de 2015/10/16, constante do processo camarário n.º 238/15, subscrito por **CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES**, com o NIF 191709751, com residência na Rua da Esperança, n.º 8, R/C frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, **CARLOS ALBERTO MURTINHEIRA ROQUE**, com o NIF 196236401, e morada em 16 Place Albert Thomas, 71100 Chalon Sur Saône, França, e **JEREMY FREDERIC ROQUE**, com o NIF 278987800 e morada em 5 Rue de la Filature, Vireu Sous Bar, 10, França, referente ao pedido de licenciamento da obra “*Legalização e alteração de edifício destinado a arrumos*”, localizado num prédio urbano sito na Travessa Actor Álvaro, n.º 11-B, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.867, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 2.785, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de Câmara datada de 2015/08/13.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/11/03, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra *“Legalização e alteração de edifício destinado a arrumos”*, localizado num prédio urbano sito na Travessa Actor Álvaro, n.º 11-B, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.867, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 2.785, com o número de processo 238/15, com data de entrada em 2015/07/14, apresentado por CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES E OUTROS, com o NIF n.º 191709751, com residência na Rua da Esperança, n.º 8, R/C frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, CARLOS ALBERTO MURTINHEIRA ROQUE, com o NIF 196236401, e morada em 16 Place Albert Thomas, 71100 Chalon-sur-Saône, França, e JEREMY FREDERIC ROQUE, com o NIF 278987800 e morada em 5 Rua de la Filature, Vireu-Sous-Bar, 10, França, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação da aprovação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1405/15, DATADO DE 30/09/2015 – PC N.º 319/14, DATADO DE 23/09/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA

748 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1405/15 de 30/09/2015, apresentado por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472 e morada em Rua do Forno da Cal, Edifício Forno da Cal, Bloco B, R/C G, n.º 20A, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Jornal “O Correio”, n.º 6, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras e alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 319/14, e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 60/15, emitido em 17/08/2015.

Presente parecer técnico datado 30/10/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Jornal “O Correio”, nº 6, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472e morada em Rua do Forno da Cal, Edifício Forno da Cal, Bloco B, R/C G, nº 20A, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1406/15, DATADO DE 30/09/2015 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA

749 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1406/15 de 30/09/2015, apresentado por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472e morada em Rua do Forno da Cal, Edifício Forno da Cal, Bloco B, R/C G, nº 20A, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Embra, nº 36, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras e alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo camarário nº 116/14, e tituladas pelo alvará de alteração e legalização nº 27/15, emitido em 21/05/2015.

Presente parecer técnico datado 02/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no nº 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Embra, n.º 36, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF 189356472e morada em Rua do Forno da Cal, Edifício Forno da Cal, Bloco B, R/C G, n.º 20A, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1522/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A.

750 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1522/15 de 19/10/2015, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292 e sede em Rua da Índia, n.º 15, Lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração e ampliação licenciada no âmbito do processo camarário n.º 449/13, e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 11/15, emitido em 05/03/2015.

Presente parecer técnico datado 29/10/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de IMOBILIÁRIA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292 e sede em Rua da Índia, n.º 15, Lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1298/15, DATADO DE 11/09/2015 – PC N.º 168/10, DATADO DE 17/08/2010 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE

751 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1298/15 de 11/09/2015, apresentado por **ACÁCIO DE SOUSA FILIPE**, com o NIF 169888924 e morada em Rua FA Fonte Velha, n.º 25, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 168/10.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 30/09/2015, sobre a apreciação dos aspetos suscetíveis de verificação da via pública.

Presente parecer técnico datado 03/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE- Regime Jurídico de Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ACÁCIO DE SOUSA FILIPE, com o NIF 169888924 e morada em Rua FA Fonte Velha, n.º 25, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

- 1) **Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1546/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 1351/00, DATADO DE 15/12/2000
– ARMÉNIO GANDAREZ COUTINHO

752 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1546/15 de 22/10/2015, apresentado por **ARMÉNIO GANDAREZ COUTINHO**, com o NIF 138932581 e morada em Rua do Lavadouro, n.º 20A, Lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do Lavadouro, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 1351/00.

Presente parecer técnico datado 03/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização de vistoria, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE- Regime Jurídico de Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Lavadouro, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ARMÉNIO GANDAREZ COUTINHO**, com o NIF 138932581 e morada em Rua do Lavadouro, n.º 20A, Lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

2) Membros suplentes
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1595/15, DATADO DE 02/11/2015 – PC N.º 251/15, DATADO DE 28/07/2015
– CONQUEIOBRA-SOC.CONST.CIVIL E OBRAS PÚBLICAS,LDA.

753 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1595/15 de 02/11/2015, apresentado por CONQUEIOBRA-SOC.CONST.CIVIL E OBRAS PUBLICAS,LDA., com o NIPC 505919532 e sede em Rua do Cemitério, n.º 40, Lugar de Conqueiros, freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do Ilha da Madeira, Lote 4, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização licenciadas no âmbito do processo n.º 251/15.

Presente parecer técnico datado 03/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Ilha da Madeira, Lote 4, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade CONQUEIOBRA-SOC.CONST.CIVIL E OBRAS PUBLICAS,LDA., com o NIPC 505919532 e sede em Rua do Cemitério, n.º 40, Lugar de Conqueiros, freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra
2) Membros suplentes
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Cristina Silva
Fiscal Nuno Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1423/15, DATADO DE 02/10/2015 – PC N.º 127/2015, DATADO DE 07/04/2015 – ÁLVARO MONTEIRO

754 - Presente requerimento registado sob o n.º 459/15, datado de 07/04/2015, apresentado por **ÁLVARO MONTEIRO**, com o NIF 105307971, residente em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria ao imóvel de que é arrendatário, face à alegada degradação do mesmo, de modo a que possam ser aferida as condições de higiene, segurança e salubridade do imóvel, atendendo a que este é habitado por pessoas com problemas de saúde e crianças.

Presente parecer dos serviços, datado de 13/04/2015, sobre o assunto.

Presente requerimento n.º 1423/15, datado de 02/10/2015, através do qual é comunicado que o imóvel objeto da pretensão pertence à massa da herança aberta por óbito de António da Conceição Santos e de Maria do Rosário Pedroso e é fornecida a identificação do herdeiro que exerce as funções de cabeça de casal.

Presente informação datada de 28/10/2015, à margem do mencionado requerimento, sobre a necessidade de se determinar a realização de nova vistoria ao imóvel, promovendo-se a notificação ao herdeiro que exerce as funções de cabeça de casal da herança aberta por óbito de António da Conceição dos Santos e de Maria do Rosário Pedroso.

Após análise pedido e das informações datadas de 13/04/2015 e de 28/10/2015, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua do Guilherme, n.º 21, lugar de Amieirinha, propriedade da herança aberta por óbito de António da Conceição Santos e de Maria do Rosário Pedroso, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 25/11/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Membros efetivos:

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Rui Vicente

Arquiteto Alexandre Fava

Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR o cabeça de casal da herança aberta por óbito de António da Conceição Santos e de Maria do Rosário Pedroso, **ANTÓNIO JOSÉ PEDROSO DOS SANTOS**, residente em Rua Devesa Escura, n.º 861, S. Tomé Abação, 4810-677 Guimarães, da realização da vistoria, convocando-a para estar presente na mesma.

INFORMAR o requerente e o representante dos proprietários do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 796/15, DATADO DE 05/06/2015 – PC N.º 503/2014, DATADO DE 23/10/2014 – FERNANDO AMARAL TAVARES

755 - Presente requerimento registado sob o n.º 1602/14, datado de 23/10/2014, apresentado por **FERNANDO AMARAL TAVARES**, com o NIF 159859263, residente em Rua de S. Pedro, n.º 78, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/10/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 11/12/2014, referente à vistoria realizada em 13/11/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Presente deliberação tomada em reunião de Câmara de 22/12/2014, pela qual foi determinada a execução das obras de reparação necessárias a sanar as patologias detetadas no edifício sito na Rua de S. Pedro, n.º 78, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 11/12/2014, concedendo ao proprietário do edifício, **JORGE GALO VITAL**, residente em Estrada de S.

Pedro, n.º 55, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, um prazo de 30 dias úteis para a apresentação do projeto de licenciamento das obras de requalificação do edifício, e um prazo de 90 dias para a respetiva realização, após a obtenção da licença, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às condições físicas do imóvel, verificadas à data pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto.

Presente requerimentos n.º 601/15, datado de 30/04/2015 e n.º 795/15, datado de 05/06/2015, através dos quais o proprietário do imóvel informa que não tem possibilidades económicas para promover a execução das obras descritas no auto de vistoria e apresenta documentação comprovativa da sua situação económica.

Presente parecer dos serviços, a enquadrar a situação, face ao estado do imóvel e à condição económica do senhorio.

Presente auto de vistoria, datado de 27/10/2015, referente à vistoria realizada em 10/09/2015, para verificação do cumprimento da deliberação camarária tomada na reunião de 22/12/2014, bem como das condições de habitabilidade do imóvel, verificando-se que:

1 – Não haviam sido implementadas as medidas determinadas por deliberação camarária tomada na reunião de 22/12/2014, designadamente:

1.1 – Reparação da cobertura, incluindo substituição e reparação da estrutura resistente e de suporte das telhas de revestimento;

1.2 – Aplicação de camada isolante (telas asfálticas ou resinas acrílicas) nas áreas expostas de transição do plano de cobertura;

1.3 – Reparação e pintura dos tetos e paredes interiores;

1.4 – Demolição e remoção para vazadouro dos elementos constitutivos da cobertura executada sobre o logradouro lateral do edifício;

1.5 – Requalificação da área relativa ao logradouro lateral da edificação, permitindo abertura da cobertura aí existente, reconfigurando-a de forma a garantir a iluminação e ventilação dos espaços de habitação do edifício;

1.6 – Reparação e requalificação das instalações sanitárias existentes.

2 – O imóvel não possui condições de habitabilidade, por ausência de iluminação e ventilação naturais, verificando-se, igualmente, que o grau de degradação do edifício permite a passagem das águas pluviais para o interior dos espaços de habitação, deteriorando, de forma progressiva e exponencial, os revestimentos interiores das paredes, tetos e pavimentos, para além do recheio, contribuindo para o surgimento de um conjunto de agentes patogénicos, como fungos e bolores, que prejudicam a saúde e bem-estar das pessoas que habitam o imóvel.

3 – A estimativa orçamental das obras a realizar ascende a 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros).

A Câmara delibera, após análise da pretensão, do auto de vistoria e da informação jurídica, promover uma reunião entre o arrendatário FERNANDO AMARAL TAVARES e o proprietário do imóvel JORGE GALO VITAL, de modo a conciliarem os interesses de ambos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

A Câmara far-se-á representar pelo Sr. Presidente na dita reunião.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 344/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 418/11, DATADO DE 10/11/2011 –
MANUEL SIMÕES CARVALHO**

756 - Presente processo n.º 418/11, refere-se a pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e demolição de uma edificação existente** no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5.513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.069, apresentado por **MANUEL SIMÕES CARVALHO**, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 2013/03/21.

Presente informação técnica datada de 2015/10/27, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, automaticamente elevado ao dobro, pelo n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21/08, para o interessado requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/10/27, e:

1- Considerando que o interessado, **Manuel Simões Carvalho**, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, foi notificado através do ofício n.º 289/13, de 2013/03/22, rececionado em 2013/03/28, da deliberação final do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e demolição de uma edificação existente** no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.069, referente ao processo camarário n.º 418/11, registado em 2011/11/10, tomada na Reunião da Câmara Municipal de 2013/03/21, .

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2014/03/29, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

3- Considerando que o prazo de um ano inicialmente conferido foi automaticamente elevado para o dobro prorrogado, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21/08, com término a 2015/03/29, condição que foi comunicada ao titular do processo pelo ofício n.º 486/14, de 2014/05/08, com receção ocorrida 2014/05/14.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

- 4- Considerando que pelo ofício n.º 486/14, de 2014/05/08, o requerente foi informado de que poderia requerer a prorrogação do prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 76º do RJUE e que não o fez;
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2015/03/29 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 418/11, registado em 2011/10/11, para construção de moradia e demolição de uma edificação existente no prédio sito na Rua José Moreira n.º 47, em Viera de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5.513-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.069, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo - CPA, determinar notificar o requerente, MANUEL SIMÕES CARVALHO, com o NIF 196454123, residente na Rua du Gros Buisson, 93250 Villemomble, França, com poderes de representação conferidos a Carla Patrícia Oliveira Gameiro, com o NIF 215625501, com residência na Rua do Loureiro, n.º 2, Cacinheira, Casal dos Bernardos, Ourém, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 84/14, DATADO DE 09/06/2014 – PC N.º 305/11, DATADO DE 09/08/2015 – MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.

757 - Presente processo n.º 305/11, com data de entrada de 09/08/2011, referente a pedido de licenciamento (legalização) de alterações a um edifício destinado a armazém, incidente sobre o prédio sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Picassinos, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA., com o NIPC 503 771 627 e sede em Rua D. José I, 3C, Reboleira, Amadora, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 31/07/2014.

Presente informação técnica datada de 09/11/2015, sobre o limite do prazo fixado no n.º 1 do artigo 76º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de

março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para que o interessado requeresse a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 09/11/2015, e:

- 1- Considerando que a interessado, **MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURISTICOS, LDA.**, com o NIPC 503 771 627 e sede em Rua D. José I, 3C, Reboleira, Amadora, foi regularmente notificada através do ofício n.º 860/14, de 05/08/2014, rececionado em 12/08/2014, da deliberação final do pedido de **licenciamento (legalização) de alterações a um edifício destinado a armazém**, incidente sobre o prédio sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Picassinós, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia de Marinha Grande, referente ao processo camarário n.º 305/11, registado em 09/08/2011, tomada na reunião camarária datada de 31/07/2014.
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 13/08/2015, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 3- Considerando que a interessado tinha até ao dia 13/08/2015 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 305/11, registado em 09/08/2011, referente a pedido de licenciamento (legalização) de alterações a um edifício destinado a armazém, incidente sobre o prédio sito na Rua da Indústria Metalúrgica, Picassinós, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.813 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 756, da freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação final tomada na reunião de 31/07/2014, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, NOTIFICAR a sociedade requerente, MUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURISTICOS, LDA., com o NIPC 503 771 627 e sede em Rua D. José I, 3C, Reboleira, Amadora para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença, por não ter sido requerida a emissão do respetivo alvará de construção no prazo de 1 ano a contar da notificação promovida através do ofício n.º 860/14, de 05/08/2014, rececionado em 12/08/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

21 - REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015
– ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL

758 - Presente requerimento n.º 639/2015 datado de 08/05/2015, apresentado por sociedade ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, com o número de identificação de pessoa coletiva 5014 103 287, e sede na Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria ao espaço exterior, de jogo e recreio, existente nas instalações do estabelecimento de apoio social denominado “Jardim dos Pequeninos”, sito na mesma morada, conforme disposto no artigo 32.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de maio, que o republica.

Presente deliberação de câmara, de 23 de julho de 2015, a determinar a realização da vistoria ao espaço de jogo e recreio sito no estabelecimento “Jardim dos Pequeninos” e a constituição de uma comissão técnica para a realização da mesma.

Presente relatório de vistoria da comissão de técnica, nomeada para o efeito, propondo, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do já citado diploma, a aplicação da medida preventiva de utilização supervisionada do espaço de jogo e recreio por o mesmo, nas condições atuais, oferecer alguns riscos de segurança para os seus utilizadores.

É igualmente proposto no relatório, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 33.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, que o republica, a apresentação no prazo de 45 dias, do livro de manutenção do espaço, da documentação relativa aos equipamentos instalados e superfície de impacto, de forma a que se possa avaliar do efetivo cumprimento das condições de segurança no espaço.

Propõe ainda o relatório que, caso o equipamento de jogo e recreio existente no espaço (com duas torres com plataforma de escorrega) não se encontre homologado nem seja passível de o ser, seja retirado.

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

APLICAR A MEDIDA CAUTELAR de utilização supervisionada da utilização do espaço de jogo e recreio, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, que o republica, sito nas instalações do estabelecimento “Jardim dos Pequeninos”, Rua Actor Álvaro n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, da responsabilidade de ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, com o número de identificação de pessoa coletiva 501103287, e sede na mesma morada, por o mesmo apresentar alguns riscos para a segurança dos seus utilizadores, conforme descrito no relatório de vistoria datado de 23 de setembro, cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos, e se anexa à presente deliberação.

MANDAR RETIRAR, caso este não seja homologado nem homologável, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 33.º do já citado diploma, no prazo de 45 dias, o equipamentos de jogo e recreio existente (equipamento multifunções – duas torre com

plataforma de escorrega) por o mesmo oferecer riscos para a segurança dos seus utilizadores, e não se encontrarem homologados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - E/7969/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

759 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/414/2015, datado de 13/01/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 13,50 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua António Batista Filho, n.º 10 (Comeira), Rua Cosme Ribeiro, n.º 14 (Ordem), Estrada do Guilherme (Clínica Molaris) e Rua do Lamarão, n.º 23, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/10/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer desfavorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Estrada do Guilherme, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude da recente execução de obras no âmbito da empreitada “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS. CP 04/10 (DIRM). A execução deste ramal deverá ser promovida, em alternativa, através da Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense

2 - Emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala 12,50 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua António Batista Filho, n.º 10 (Comeira), Rua Cosme Ribeiro, n.º 14 (Ordem) e Rua do Lamarão, n.º 23, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1276/15, DATADO DE 08/09/2015 – PC N.º 298/11, DATADO DE 01/08/2011 – EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPessoal LDA.

760 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1276/15, datado de 08-09-2015, apresentado por **EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPessoal LDA**, com sede na Rua 43, n.º 2.º B, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a junção, ao seu processo, de documento comprovativo do cumprimento da cláusula vertida no contrato celebrado com a Câmara Municipal, ao abrigo do Programa de Apoio ao Investimento Industrial, que a obrigava à criação de 2 postos de trabalho.

Considerando que:

- A 26-07-2013, foi celebrado entre esta Câmara Municipal e a sociedade **Eutamari – Reparação de Moldes para a Indústria, Unipessoal Lda**, com sede na Rua 43, n.º 2.º B, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, o contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 38/2013;
- De acordo com as alíneas a) e c) do n.º 1 da cláusula 3.ª do mencionado contrato, a sociedade em causa ficou obrigada a criar 2 postos de trabalho nas instalações, objeto do processo de licenciamento com o n.º 298/11 de que é titular, e a apresentar, no prazo de um mês, a contar da data do início efetivo da laboração da unidade industrial, uma declaração emitida pelos serviços da Segurança Social a atestar esse facto;
- O n.º 2 da cláusula 3.ª do referido contrato estabelece que se deve presumir que o início da laboração ocorre no prazo de 45 dias seguidos, contados da data da emissão do alvará de autorização de utilização;
- O alvará de autorização de utilização com o n.º 41/15, em nome da interessada, para o edifício industrial sito na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 134, Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, foi emitido em 15-07-2015, sendo que contados os mencionados 45 dias, presume-se que a unidade industrial começou a laborar a 29-08-2015;
- O documento comprovativo da contratação de mais 2 trabalhadores devia, por isso, ser apresentado até 30-09-2015, o que veio a acontecer em 08-09-2015;
- De acordo com documento, datado de 06-08-2015, do Instituto da Segurança Social, IP (Centro Distrital de Leiria), no mês de agosto do corrente ano, encontravam-se inscritos, na Segurança Social, 12 trabalhadores da empresa em apreço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

- No documento emitido por aquela entidade em julho de 2013, que a interessada juntou aquando do seu pedido de apoio ao investimento industrial, estavam apenas inscritos 7 trabalhadores;
- Confrontados esses dois documentos verifica-se que foram criados 5 postos de trabalho, mais do que os dois a que a sociedade em causa estava obrigada, tendo o documento a atestar esse facto sido apresentado dentro do prazo acordado;

A Câmara Municipal delibera considerar cumprida a obrigação estipulada na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato n.º 38/2013 celebrado, em 26-07-2013, no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento Industrial, entre a Câmara Municipal e a sociedade Eutamari – Reparação de Moldes para a Indústria, Unipessoal, Lda, com o NIPC 506978850, e sede na Rua 43, 2.ª B, Trutas, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, por ter ficado comprovado que no mês de agosto do corrente ano – dentro do período contratualmente estipulado para fazer essa demonstração - a referida sociedade tinha ao seu serviço 12 trabalhadores ou seja mais 5 do que aqueles que constavam da declaração da Segurança Social, datada de julho de 2013, que acompanhou o pedido de concessão do benefício de isenção de taxas, ao abrigo do mencionado Programa.

Mais delibera notificar a interessada para que apresente, no mês de maio de 2016, nova declaração da Segurança Social, a comprovar que nessa data, os 2 postos de trabalho a que estava obrigada a criar se mantêm, dando assim cumprimento ao n.º 1 da cláusula 6.ª do contrato em apreço.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1265/15, DATADO DE 04/09/2015 – PC N.º 346/2015, DATADO DE 04/09/2015 – ONTIMEPLÁS-INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA

761 - Presente pedido com o registo n.º 1265/15, datado de 04/09/2015 relativo a **emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal**, no âmbito do disposto no regime de regularização extraordinária de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, referente a atividade industrial situada na Rua das Madressilvas, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **ONTIMEPLÁS-INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA**, com o NIPC 503 812 064, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Comeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 21/09/2015, que refere **não se enquadrar** o pedido formulado no objeto definido pelo regime de regularização extraordinária de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR a requerente, ONTIMEPLÁS-INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E TESTES, LDA, com o NIPC 503 812 064, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Comeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, que o presente pedido de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal não se enquadra no objeto do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, não podendo ser emitida a certidão requerida, dado que:

- 1.- O objeto do diploma citado, definido no seu artigo 1º, reporta-se à “(...) *regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública (...)*”, nos termos da alínea a) desse número, ou à “(...) *alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública (...)*”, nos termos da alínea b) do mesmo número;
- 2.- Não existe atualmente qualquer edificação na parcela referenciada pela empresa requerente, nem qualquer estabelecimento ou exploração que detenha, ou não, um título de exploração válido e eficaz.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 1362/15, DATADO DE 24/09/2015 – PC N.º 392/2015, DATADO DE 24/09/2015 – J.M. FERNANDES – RECICLAGEM DE SUCATAS, LDA

762 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1362/15, datado de 25-09-2015, apresentado por J.M. FERNANDES – RECICLAGEM DE SUCATAS, LDA, com o NIPC 505704706 e sede na Rua da Covinha, n.º 10, Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da sua instalação de tratamento de resíduos, sita na Rua Principal, Pero Neto, daquela freguesia e concelho, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou

ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **J.M. Fernandes – Reciclagem de Sucatas, Lda**, com o NIPC 505704706, e sede na Rua da Covinha, n.º 10, Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal na regularização da sua instalação de tratamento de resíduos, sita na Rua Principal, Pero Neto, daquela freguesia e concelho.

1. Considerando que:

- A sociedade **J.M. Fernandes – Reciclagem de Sucatas, Lda**, possui uma instalação de tratamento de resíduos na Rua Principal, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinada à atividade de reciclagem associada às operações de armazenagem de resíduos, troca e acumulação de resíduos e venda de bens reutilizáveis;
- A referida instalação localiza-se numa área designada, de acordo com a carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDM), como “espaço florestal de proteção”;
- Os “espaços florestais de proteção” integram-se nos “espaços florestais”, áreas destinadas predominantemente ao fomento e à exploração florestal - n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento do PDM;
- A instalação situa-se a menos de 250,00 m do aglomerado urbano do Pero Neto, quando a distância mínima deveria ser, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º do PDM, de 500,00 m;
- As construções erigidas naqueles espaços devem obedecer ao preceituado no n.º 1 do artigo 11.º, aplicável por força do n.º 7 do referido artigo 15.º;
- A instalação que a interessada pretende regularizar é constituída por dois edifícios, um, com uma área de 60,00 m², destinado a serviços administrativos e um outro, com 40,00 m², reservado ao abate de veículos em fim de vida;
- Os dois edifícios, por não se destinarem à habitação, violam a alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º, aplicável por força do n.º 7 do artigo 15.º, ambos do Regulamento do PDM;
- Para além de regularizar os edifícios existentes, a interessada pretende proceder à ampliação das suas instalações, construindo um abrigo para equipamento sensível aos agentes atmosféricos;
- O referido abrigo, por não se destinar a habitação, viola, igualmente, o citado n.º 1 do artigo 11.º;
- A instalação de tratamento de resíduos desenvolve-se até às extremas sul e poente da parcela onde se encontra implantada, quando deveria existir ente entre ela e os limites do terreno uma distância mínima de 15m - alínea a) do n.º 2 do referido artigo 11.º;
- A sua faturação ascendeu a 1.674.405,39 euros no ano de 2013 e a 2.086.667,20 euros em 2014;

- Tem, atualmente, ao seu serviço 10 trabalhadores;
- De acordo com a interessada uma deslocalização da instalação traria prejuízos in comportáveis para a empresa, resultantes dos custos que lhe andariam associados, num total estimado de 600 000 euros, bem como a perda de clientes e consequentemente despedimento de trabalhadores;
- Desde o ano de 2003 que a sociedade em causa, em conjunto com a Câmara Municipal, tem-se empenhado em regularizar a sua situação;
- A interessada presta um serviço de gestão de resíduos de metais a diversas empresas do concelho e da região, nomeadamente no setor metalúrgico e dos moldes;
- A valorização dos resíduos por reciclagem é uma ferramenta chave para a preservação do ambiente e contribui para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta;
- Esta circunstância, aliada ao facto de a empresa em causa gerar emprego, e deste modo contribuir para o crescimento da economia local, assume especial relevância para o reconhecimento da sua regularização como sendo de interesse público municipal;

Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação de tratamento de resíduos, sita na Rua Principal, Pero Neto, da freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de J.M. FERNANDES – RECICLAGEM DE SUCATAS, LDA, com o NIPC 505704706 e sede na Rua da Covinha, n.º 10, Comeira, da mesma freguesia e concelho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, em vários parâmetros entre os quais estar implantado em espaço florestal de protecção, encontra-se a menos de 250m do aglomerado urbano, estão até às extremas, aumento da área de impermeabilização”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos*

no mesmo patamar esta empresa com 10 trabalhadores, que factura 2M€, no tratamento de sucatas, com as outras que aqui analisámos.

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

26 - REQ. N. 1527/15, DATADO DE 20/10/2015 – PC N.º 287/2015, DATADO DE 06/08/2015 – VIDROMECAÂNICA-METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.

763 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1527/15, datado de 20-10-2015, apresentado por **VIDROMECAÂNICA-METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.**, com o NIPC 501630341, com sede na Rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que esta assume um lapso na identificação da área da sua unidade industrial que pretende ampliar - a qual já foi objeto de deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, a 21-09-2015, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais – e em que solicita que a mesma seja retificada.

Presente informação técnica, sobre o assunto, datada de 04-11-2015;

Considerando que:

- A Assembleia Municipal, na sua sessão de 21-09-2015, deliberou reconhecer, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, o interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial, sito na rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de **Vidromecânica – Metalomecânica Vidreira, Lda**, em mais 1.510,00 m2, passando a área do mesmo a perfazer um total de 6.088,00 m2;

- Em 20-10-2015 através do requerimento com registo de entrada n.º 1527/15, a interessada assumiu um lapso, no pedido que deu origem à referida deliberação, por ter identificado incorretamente a área que pretendia ampliar;

- Nesse pedido solicitou que fosse considerada a área de 2 485,00 m2, em vez da de 1 510,00 m2;
- Essa ampliação determinará que a unidade industrial passe a ter uma área de construção de 7.063 m2, de que resultará, face à área total do terreno afeto à mesma, um índice de construção de 0,385, para uma área cujo índice máximo de construção bruto é de 0,25, pelo que violará o n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- A retificação solicitada não altera os fundamentos que estiveram na base da deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do dito estabelecimento industrial, tomada pela Assembleia Municipal em 21-09-2015;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º, submeter à Assembleia Municipal a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial, sito na rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de VIDROMECAÂNICA - METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA, com o NIPC 501630341 e sede na mesma morada, em mais 2.485,00 m2, em vez de os 1.510,00 m2 solicitados inicialmente, por não se terem alterado os pressupostos que fundamentaram a deliberação tomada, por aquele órgão, a 21-09-2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) É um aditamento ao processo anterior para ampliar as instalações 2.485 m2. Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com mais de 30 anos e 39 trabalhadores, exportando produtos inovadores e tecnologicamente evoluídos para mais de 50 países, com as outras que aqui analisámos.*

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

27 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

764 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do XXIII encontro TT da Albergaria-Marinha Grande no dia 14 de novembro de 2015;
- Licença de publicidade alusiva ao evento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para instalação de circo nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2015;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto itinerante;
- Licença de publicidade alusiva ao evento.

O Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do II rallye Vidreiro histórico 2015 no dia 21 de novembro de 2015
- Licença de publicidade alusiva ao evento.

Os Vizinhos-Associação Cultural, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização de Hard Session #10 no dia 14 de novembro de 2015;

Presentes informações nºs 77/AF, 78/AF, 79/AF e 80/AF, de 9 de novembro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às actividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, o Clube Automóvel da Marinha Grande e os Vizinhos-Associação Cultural do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de actividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

765 - Presentes os requerimentos:

-registo de entrada 7820/2015 em nome de Maria do Carmo da Conceição Marcelino Rodrigues, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 307 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 5 prestações mensais;

-registo de entrada 7450/2015 em nome de Maria Manuela de Jesus Vieira Agostinho, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 237 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

-registo de entrada 7449/2015 em nome de José Guerra Calado Sobrinho, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1997 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 12 prestações mensais;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 7/AF, 8/AF e 9/AF de 9 de novembro de 2015, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria do Carmo da Conceição Marcelino Rodrigues, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 307 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; Maria Manuela de Jesus Vieira Agostinho o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 237 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais e a José Guerra Calado Sobrinho o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1997 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 17586/2 de 20 de agosto de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de José Guerra Calado Sobrinho, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1997 e a guia de receita nº 17587/2 de 20 de agosto de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Maria Manuela de Jesus Vieira Agostinho, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 237, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTES: MARIA DE FÁTIMA PARRACHO VENÂNCIO GOUVEIA E JOSÉ JACINTO DA SILVA GOUVEIA – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE DEFERIMENTO DO PEDIDO, DE 13.08.2015 – DA ACEITAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS NA DFTI PELOS REQUERENTES, PARA EFEITOS DE PAGAMENTO.

766 - Presente Informação nº 1234/2015, de 01.10.2015, da Divisão Jurídica e de Comunicação, respeitante à aceitação da fatura e do recibo apresentados pelos requerentes Maria de Fátima Parracho Venâncio Gouveia e José Jacinto da Silva Gouveia na DFTI, para efeitos de pagamento (Anexo III);

Presente Informação nº 16/2015, de 15.09.2015, da área da Contabilidade (Anexo II);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Presente deliberação camarária de 13.08.2015, de deferimento do pedido de indemnização efetuado no âmbito da Responsabilidade Civil Extracontratual do Município da Marinha Grande (Anexo I).

A Câmara Municipal, concordando com a informação n.º 1234/2015, de 01.10.2015, da Divisão Jurídica e de Comunicação, que se dá por reproduzida, e com vista à efetivação do pagamento da indemnização deliberado em 13.08.2015, no valor de trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco centimos (328,35 €), delibera aceitar a fatura n.º 7178, emitida em 26.02.2015 por Luís Manuel Barata Castela – Oficina de Reparações de Automóveis, em nome de Maria Fátima Parracho Venâncio, condutora do veículo automóvel à data do acidente de viação, deliberando também determinar que se proceda ao pagamento do valor de trezentos e vinte e oito euros e trinta e cinco centimos (328,35 €), constante no recibo n.º 1531, de 26.02.2015, emitido em nome de Maria de Fátima Parracho Venâncio Gouveia e José Jacinto Silva Gouveia, no qual é mencionado que se reporta à fatura n.º 7178 já identificada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: BRUNO MARQUES LEAL – APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

767 - Presente Informação jurídica n.º 1451/2015, de 23.10.2015, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo V);

Presentes informações da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 27.08.2015 e de 24.09.2015 (anexos III e IV);

Presente Participação de Acidente de Viação, elaborada pela Esquadra da Marinha Grande da Polícia de Segurança Pública, à qual corresponde o registo de entrada n.º 3150/2015, de 10.04.2015 (Anexo II);

Presente requerimento n.º E/3315/2015, de 16.04.2015, apresentado por Bruno Marques Leal, no qual requer indemnização no valor de 375,15 €, com I.V.A incluído, correspondente ao valor de reparação dos danos causados no veículo automóvel ligeiro de passageiros, com a matrícula 25-17-DJ, em 29 de março de 2015, pelas 21h30m, após o referido veículo ter passado por cima de uma tampa de saneamento que então se soltou, existente na Estrada dos Guilhermes - Amieirinha, freguesia da Marinha Grande. (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1451/2015, de 23.10.2015, que fica anexa à presente ata (Anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Bruno Marques Leal do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PASSAGEM DE COLETOR DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS ENTRE A RUA DE S. SILVESTRE E A RUA DO LAVADOURO

768 - Considerando que foi possível chegar a acordo com Reinaldo da Piedade Vinagre, NIF 104154322, relativamente ao prédio urbano, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 3903, que confronta a norte com Henrique Alberto Soares, a sul com Perpétua Barbara, a nascente com Caminho Público e a poente com Estrada da Nazaré;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem do coletor doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a isenção de pagamento da taxa de ligação ao saneamento doméstico e desde que o pavimento e muros fiquem nas mesmas condições em que se encontram atualmente.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 2), delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados em planta anexa (Anexo 3), com caráter permanente e não oneroso, de um coletor doméstico no prédio urbano, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 3903, a favor de Reinaldo da Piedade Vinagre, obrigando-se a autorizar a isenção de pagamento da taxa de ligação ao saneamento doméstico e a deixar o pavimento e muros nas mesmas condições em que se encontram atualmente.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

769 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS “SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, DOBRAGEM, ENVELOPAGEM DE DOCUMENTOS PARA EXPEDIÇÃO POSTAL E PRODUÇÃO DIGITAL PARA A ÁREA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM DE ÁGUA RESIDUAIS E RESÍDUOS URBANOS PARA OS ANOS DE 2016 E 2017”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

770 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;

- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação I/1535/2015 e requisição interna 18289, da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar os *“Serviços de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital para a área do fornecimento de água, de drenagem de água residuais e resíduos urbanos para os anos de 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 27755 foi submetido a 09/11/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016 e 2017 para a contratação dos *“Serviços de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital para a área do fornecimento de água, de drenagem de água residuais e resíduos urbanos para os anos de 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 03/020220, nas ações do PAM 2014/A/28 e 2015/A/30, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade e em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base a aplicar

de 26.400 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de impressão, dobragem, envelopagem de documentos para expedição postal e produção digital para a área do fornecimento de água, de drenagem de água residuais e resíduos urbanos para os anos de 2016 e 2017”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 27755 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

771 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos

relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 18505/2015 e informação SS/06/2015, da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 09/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa BENTWARE - INFORMATICA, UNIPessoal, LDA, NIPC 506 769 895 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, na classificação orgânica/económica 05/020219, na ação do PAM 2014/A/83, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 8.106,06 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência desta deliberação, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** solicitou ao Sr. Presidente que sejam novamente pedidos pareceres, não só à CCDRC, mas também aos serviços jurídicos da Câmara, para se pronunciarem sobre a situação de consulta ao INA, que considera ridícula.

35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

772 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presentes as informações I/1347/2015 e I/1480 e as requisições internas 13397, 15298 e 15299, dos serviços da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação e da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 09/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”*, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090101, 0103/0103090103 e 0103/020212, acções do PAM 2014/A/40, 2014/A/41 e 2014/A/42, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base a aplicar de 97.266,95 euros, isento de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1, 2 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

favorável à contratação da “Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO DE NATAL”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Relativamente à iluminação de Natal, a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou quais os locais públicos que irão ser iluminados, bem como as acções que a ACIMG vai levar a cabo junto dos comerciantes para enfeitarem as ruas da cidade.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** questionou quantas empresas foram consultadas, uma vez que entende que por uma questão de princípio e de transparência se deveria saber quais foram e os valores apresentados.

A **Sr. Vereadora Cidália Ferreira** informou, após consulta aos serviços, que as empresas consultadas foram quatro.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

773 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 17521/2015 e informação SS/06/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação dos *“Serviços de aluguer de equipamento de iluminação de natal”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de

subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 27771 foi submetido a 09/11/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa Bernardino Castro Serviços Festivos, Lda, NIPC 505 633 469 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação dos “*Serviços de aluguer de equipamento de iluminação de natal*”, na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/205, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 10.100 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação dos “*Serviços de aluguer de equipamento de iluminação de natal*”, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos “*Serviços de aluguer de equipamento de iluminação de natal*”.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 27771 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra, pois tratando-se de dinheiros públicos, por uma questão de transparência, deveria ter sido apresentada a consulta a outras empresas, para permitir analisar e comparar diferentes propostas.”

37 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

774 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.

Entretanto foram entregues e validados os documentos em falta das seguintes entidades:

- Clube Atletismo de Marinha Grande;
- Sporting Clube Marinhense.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA					
REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8129/2014	Sporting Clube Marinhense	2.º Encontro de Mini Basquete	501150544	25,3	250,00€
E/8130/2014	Sporting Clube Marinhense	Festival de Patinagem	501150544	31,3	250,00€
E/8136/2014	Clube Atletismo de Marinha Grande	Organização de 3 Provas de Atletismo	503912530	36,3	1.000,00€
TOTAL					1.500,00€

As candidaturas apresentadas visam a prossecução de projetos e objetivos com uma grande abrangência de públicos, congregam um grande número de recursos e destinatários, com custos significativos de realização.

Considera-se ainda que se trata de projetos de interesse municipal, que contribuem para o desenvolvimento desportivo do concelho, envolvendo a comunidade local e agentes desportivos, que promovem o concelho a nível local e nacional e contribuem para o desenvolvimento económico do concelho.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou as propostas, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo das alíneas u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA					
ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sporting Clube Marinhense	2.º Encontro de Mini Basquete	501150544	25,3	2015 / A / 198	250,00€
Sporting Clube Marinhense	Festival de Patinagem	501150544	31,3	2015 / A / 198	250,00€
Clube Atletismo de Marinha Grande	Organização de 3 Provas de Atletismo	503912530	36,3	2015 / A / 198	1.000,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas gerais se anexam, definindo-se ainda que os benefícios

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera ainda, aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 4) a celebrar com as entidades beneficiárias, e aprovar como data de produção de efeitos, o dia 16 de abril de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas. Temos onze meses decorridos e há alguns destes eventos já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

38 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

775 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.

Entretanto, foram entregues e validados os documentos em falta do Sporting Clube Marinhense.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA					
REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8054/2014	Sporting Clube Marinhense	Obras de substituição da Cobertura da Sede	501150544	30,3	5.000,00€

Trata-se de um projeto importante para a conservação e requalificação de instalações essenciais ao desenvolvimento das atividades promovidas pela entidade beneficiária, para o

desenvolvimento da prática desportiva no concelho, assim como de algumas modalidades praticadas pela entidade beneficiária, razão pela qual deve ser apoiada nos montantes propostos.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo das alíneas o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sporting Clube Marinhense	Obras de substituição da Cobertura da Sede	501150544	30,3	2015 / A / 197	5.000,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos da minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 5) a celebrar com a entidade beneficiária, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, uma vez que o desenvolvimento do projeto se iniciou entre 1 de janeiro e 15 de abril de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas. Temos onze meses decorridos e há alguns destes eventos já se realizaram.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

39 - CEDÊNCIA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO AUDITÓRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS, PARA FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DA MARINHA GRANDE

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

"Sempre tenho dito que todas as iniciativas que sejam retirar as pessoas mais idosas de casa, com ocupações que se sintam úteis, mais ativos e informados, é um processo de valorização e partilha dos mais velhos que devemos apoiar incondicionalmente. Qual o motivo para que só agora estejamos a ceder estas instalações, quando já foram pedidas o ano passado, e o corrente ano lectivo já decorre há alguns meses?"

O **Sr. Presidente** informou que o espaço em causa estava ocupado pela CAFAP, que só agora é que se mudou para as instalações que lhe foram cedidas na antiga IVIMA.

Seguidamente pôs a votação a seguinte proposta:

776 - Presente requerimento da A.S.U.R.P.I. - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas idosos – com o registo de entrada E/8137, datado de 30 de setembro do corrente ano, a solicitar a cedência das instalações mencionadas em epígrafe, para funcionamento da Universidade Sénior da Marinha Grande.

Presente informação n.º 1368 da Divisão de Cidadania, Educação e Desporto – D.C.D. - datada de 08/10/2015, na qual é feita uma breve caracterização da resposta social criada pela referida Associação para a população sénior do concelho da Marinha Grande.

Considerando a existência do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que o referido regulamento, designadamente no artigo 2.º, tem por objeto a atribuição de apoios ou benefícios, de qualquer espécie a entidades ou atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que o mesmo se aplica à atribuição de apoios ou benefícios que tenham como beneficiários entidades que desenvolvam atividades no concelho da Marinha Grande;

Considerando o requerimento de candidatura da ASURPI, efetuado nos termos do artigo 12.º do referido regulamento;

Considerando que a Universidade Sénior da Marinha Grande funciona, desde 2012, nas instalações da Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas idosos;

Considerando que atualmente já conta com cerca de 50 alunos inscritos e 12 professores, em regime de voluntariado;

Considerando que a Universidade Sénior da Marinha Grande, consta da lista oficial das universidades e academias séniores reconhecidas em Portugal;

Considerando que as universidades séniores visam a aprendizagem ao longo da vida, ocupando os séniores com diversas atividades de índole educativa, cultural, recreativa e de voluntariado;

Considerando que este tipo de resposta social potencia não só a saúde física como a psicológica, estimulando nos alunos a memória, a atenção, o raciocínio, a criatividade, contribuindo para a prevenção das doenças;

Considerando que as universidades séniores proporcionam novas relações intergeracionais e o reforço de laços sociais.

Considerando que o atual espaço físico onde a mesma funciona, já não reúne as condições adequadas, quer face ao número de alunos existentes, quer a futuros interessados;

Considerando o interesse manifestado pela referida associação em conferir melhores condições aos alunos da Universidade Sénior;

Considerando que as antigas instalações do Auditório da Assembleia Municipal se encontram devolutas;

Considerando que a ASURPI entende que o referido espaço físico contribuirá para uma melhoria significativa das condições de funcionamento da Universidade Sénior;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Considerando a área total do espaço em causa (134,44m²);

Considerando a necessidade de quantificar este tipo de apoio (cedência de instalações) por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, à ASURPI;

Considerando a avaliação técnica efetuada pelo Sr. Eng.º Jorge Junqueira, em anexo, relativamente às instalações em causa, tendo por base as suas atuais condições de conservação, localização, área e valores aplicados para arrendamento;

Considerando o valor apurado em 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) mensais;

Considerando que durante o período de duração de 12 meses do contrato de comodato, o apoio do Município da Marinha Grande à ASURPI, se traduzirá em 3.000€ (três mil euros)/ano.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, concordar com a cedência em regime de comodato, por um período de doze meses, das antigas instalações do Auditório da Assembleia Municipal, sitas na Rua do Matadouro s/ n.º (Estaleiros Municipais), freguesia e concelho da Marinha Grande, descritas na Conservatória do Registo Predial sob o número 8643 e inscritas sob o artigo matricial urbano 13764, para funcionamento da Universidade Sénior da Marinha Grande.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato de comodato, que se anexa (Anexo 6).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

777 - Atendendo ao despacho de nomeação n.º 477/2015 de 22 de outubro, que delegou a área da educação na Vereadora Dr. Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira;

Atendendo a que nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho, na composição dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, tem de estar salvaguardada a participação, entre outros, de representantes do município.

Segundo o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia.

O n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho prevê ainda que o número de elementos que compõem cada um dos Conselhos Gerais é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno.

Os regulamentos internos dos Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria prevêem para a constituição do conselho geral, dois representantes do município e o do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente prevê três representantes do município.

Deste modo, atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, a Câmara Municipal delibera designar como representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, os seguintes elementos:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pela Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Catarina Sofia de Sousa Carvalho.
- Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas – Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira – Vereadora da Educação
- Catarina Sofia de Sousa Carvalho – Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento
- Álvaro Vicente Martins – Presidente da Junta de Freguesia da Moita

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pela Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Catarina Sofia de Sousa Carvalho.
- Joaquim Vidal Tomé - Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2016.

778 - Presente informação n.º 1443/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 4 de novembro, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Praceta da Liberdade, Rua Júlio Braga Barros e Bairro do Camarnal (velho).

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

A PARTIR DE JANEIRO DE 2016:

Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
M	Rui Manuel Soares Cunha	1.º Dto	17/09/2010	20,43€	21,03€

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
7	Ana Margarida C. Mendes	2.º Esq.º	26/12/2014	36,83€	63,40€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
2	Leonilde Henriques Barreiro	1º Esq.	26/12/2014	5,05€	4,19€
4	Hélder Filipe P. Marques	3º Dto.	21/12/1995	5,05€	4,19€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
5	Maria de Fátima Gomes A. Batista	2ºA	22/12/2009	57,54€	79,13€

Camarnal Velho

MORADOR	FOGO	CONTRATO	RENTA 2015	RENTA 2016
Alda Silva Vasconcelos	Nº10	03/01/2007	61,39€	26,32€
Olímpia Oliveira Vicente	Nº11	01/07/2001	94,17€	92,73€

ATUALIZAÇÃO FASEADA

Avenida da Liberdade – Bloco L

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Mafalda Sofia Grácio	1.º Dto	15/12/2014	19,80€	47,63€	75,46€	103,29€

Rua Júlio Braga Barros – Bloco 1

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Maria Brízida Azevedo	1º D	01/01/2000	42,25€	110,84€	179,42€	248,01€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Mais delibera que, os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de janeiro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR PÚBLICO A PARTICIPANTES NA APRESENTAÇÃO DA PEÇA “PALCO DE MEMÓRIAS”

779 - Em reunião de Câmara de 30 de outubro de 2014, a Câmara Municipal deliberou, *por unanimidade e aclamação, expressar o seu agradecimento e atribuir um voto de louvor público a todos os participantes na representação da peça «Palco de Memórias».*

Na altura foi elaborada lista com os agraciados com o voto de louvor público, publicada na deliberação nº 821 de 30 de outubro de 2014.

Acontece que, os nomes das colaboradoras, Eva Costa, Rosa Figueiredo, Maria Augusta Eugénio Rosa e Pedro Jerónimo, assistente de sala, assistentes de camarins e Chefe de Divisão à data, respetivamente, não figuram na referida lista, por terem manifestado a intenção de colaborar em data posterior à edição da brochura (onde consta a lista dos agraciados).

No dia 25 de outubro de 2015, data do 1º aniversário da reabertura da Casa da Cultura, teve lugar uma sessão comemorativa da data, sendo entregue a cada participante um voto de louvor e reconhecimento pela participação na apresentação da peça «Palco de Memórias».

Face ao exposto e tendo em conta que as colaboradoras, Eva Costa, Rosa Figueiredo, Maria Augusta Eugénio Rosa e Pedro Jerónimo, colaboraram na apresentação da peça «Palco de Memórias», a Câmara Municipal, delibera expressar o seu agradecimento e atribuir um voto de louvor público a estes colaboradores à semelhança do que aconteceu com os restantes participantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E O TURISMO CENTRO DE PORTUGAL

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que este protocolo é um erro do Governo e daquilo que fez com a promoção turística. Acabou com a Região de Turismo de Leiria, privilegiando algumas regiões, e agora querem dar-nos um posto de turismo para divulgarmos aquilo que eles quiserem, porque para divulgar a nossa região terá que ser a autarquia a fazer os

seus próprios materiais. Percebe que há necessidade de um posto de turismo, mas não concorda com as condições propostas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

“Qual a razão do posto de Turismo estar no Museu do Vidro. Em outras cidades que conheço, está num local central, de fácil acesso e com sinalética para que qualquer visitante encontre facilmente. O valor concedido pelo Turismo do Centro para “desenvolvimento de projetos de dinamização do turismo no concelho da Marinha Grande, bem como a gestão, dinamização e divulgação do Posto de Informação Turística da Marinha Grande” é muito reduzido, não paga um vencimento de um funcionário. Estamos a mês e meio do final do ano e esta compensação financeira vem agora, referente a este ano 2015. Afinal o Turismo de Portugal funciona como a nossa câmara a atribuir e pagar os subsídios, só depois da realização sabemos que fomos contemplados. Já temos alguma proposta para 2016?”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que o Turismo Centro propôs, o ano passado, que a Câmara absorvesse a sua funcionária que estava destacada para a Marinha Grande. Na altura falou como Presidente Álvaro Pereira, e mostrou-se favorável a esta integração, à semelhança do que foi feito na Batalha, ficando assim a Câmara com uma funcionária dedicada exclusivamente ao turismo. O Sr. Presidente disse que não, decisão que respeita. Este verão falou com a funcionária que esteve em S. Pedro, e soube que o posto foi muito procurado por estrangeiros, e que ela até se queixou da falta de material promocional. Só que em 2016 não haverá dinheiro nem funcionária.

Considera que S. Pedro de Moel tem que ter posto de turismo, porque se a Vieira tem informação no parque de campismo, S. Pedro não tem ninguém, e faz falta.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que a Câmara também não tem feito muito pelo turismo, tanto em termos de promoção como até de sinalética. Deu como exemplo o arroz de marisco, que foi premiado mas nada foi feito para o promover. Foi uma oportunidade única, que não foi aproveitada.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu o seguinte:

“Independentemente da política que tem sido imposta pela administração central, de desrespeito pela identidade das regiões, de transferência de custos para os municípios, e de inexistência de planos de promoção turística para a nossa área por parte do “Turismo do Centro”, considero positiva esta iniciativa para o funcionamento do Posto de Turismo e agora é indispensável e urgente a sinalética para a sua localização.”

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou como se vai fazer para atender os turistas, uma vez que a Câmara não tem pessoas para esse fim e tem que cumprir as restrições orçamentais que lhe são impostas.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que a Câmara tem dois técnicos de turismo, cujas qualificações vão ser aproveitadas para trabalhar com eles. Está-se também a tentar celebrar um protocolo com a PROTUR, no sentido de colocar estagiários em S. Pedro, na

época de verão. Também estão pensadas acções de divulgação de produtos regionais, como o bolo de pinhão, o licor de leite, e também o arroz de marisco. Há também iniciativas na área da gastronomia que já estão em andamento.

O **Sr. Presidente** disse que concorda com a Sr.^a Vereadora Maria João, pois considera que a nossa região perdeu muito com a saída da Região de Turismo, no entanto ou se aceita o protocolo e esta verba ou não teremos nada.

Seguidamente pôs a votação a seguinte proposta:

780 - Presente informação com a referência I/1533/2015, da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, propondo a celebração de um protocolo no quadro da cooperação técnica e financeira, entre o Município da Marinha Grande e o Turismo Centro de Portugal.

A celebração deste protocolo visa, sobretudo o desenvolvimento de projetos de dinamização do turismo no Concelho da Marinha Grande, bem como a gestão, dinamização e divulgação do Posto de Informação Turística da Marinha Grande sito no Museu do Vidro.

Considerando que a relação de cooperação entre o Município da Marinha Grande e o Turismo Centro de Portugal é uma mais-valia, porque se trata de uma instituição que, do ponto de vista nacional, regional e local assume um carácter estratégico, potenciador de desenvolvimento, podendo proporcionar a melhoria da qualidade e a diversificação da oferta turística no concelho;

Considerando que a abertura e manutenção dos Postos de Turismo é uma competência tanto das entidades regionais como dos Municípios;

Considerando que o atendimento turístico é um serviço público de apoio ao turista, que contribui de forma significativa para o desenvolvimento económico e social da região;

Considerando que a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal se compromete a pagar ao Município da Marinha Grande, no ano de 2015, uma compensação financeira de 7500,00 euros.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, em face da informação referida, delibera, nos termos do disposto no art.º 33.º, n.º 1, alínea r), da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, celebrar um protocolo de colaboração no quadro da cooperação técnica e financeira, cuja minuta se anexa (Anexo 7), com a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, sedado na Rua João Mendonça, 8, 3800-200 Aveiro “... com o intuito de estreitarem as suas relações de cooperação e de contribuírem para a promoção do desenvolvimento económico e social, através do desenvolvimento turístico ...”.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Vítor Pereira.

44 - PROTOCOLO COM A MG RÁDIO – RÁDIO E COMUNICAÇÃO DA MARINHA GRANDE, LDA. - OFERTA DE BILHETES DE ESPETÁCULOS EM REPRESENTAÇÃO NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS

781 - Considerando que a realização de atividades culturais na Casa da Cultura – Teatro Stephens visa a promoção e difusão das artes de palco e outras iniciativas relacionadas;

Considerando que é admissível o estabelecimento de parcerias com órgãos de comunicação social, destinadas à divulgação dos eventos, incluindo a oferta de bilhetes (artigo 26.º, n.º 8, do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens);

Considerando que deve ser tida em conta a relação de proximidade da Mg Rádio – Rádio e Comunicação da Marinha Grande, Lda. - adiante designada de Rádio Clube Marinhense - com os residentes no concelho da Marinha Grande, mas não ignorando que o seu sinal é captado para além dos seus limites geográficos;

Entende-se ser benéfico o estabelecimento de uma parceria que tem por objeto a articulação entre o Município da Marinha Grande e a Rádio Clube Marinhense no que respeita à oferta de bilhetes de espetáculos em representação na Casa da Cultura – Teatro Stephens no decurso de programas da RCM em direto.

Os bilhetes objeto de oferta são duplos, correspondentes a dois lugares contíguos, sendo que a quantidade de bilhetes duplos objeto de oferta por cada espetáculo é de 2 a 10, correspondentes de 4 a 20 lugares.

A oferta dos bilhetes pressupõe a divulgação do espetáculo e do seu conteúdo mínimo durante a semana em que ocorre o sorteio, que deve ocorrer até à antevéspera da realização do espetáculo.

A informação sobre o número de bilhetes a disponibilizar é remetida pela Câmara Municipal à RCM, com pelo menos 8 dias de antecedência, e a identificação e contactos dos ouvintes selecionados é enviada pela RCM até 2 dias antes da realização do espetáculo.

Os ouvintes vencedores devem levantar os bilhetes na Casa da Cultura – Teatro Stephens até ao dia anterior à realização do espetáculo, sendo que o não levantamento dos bilhetes no prazo estabelecido no número anterior implica a sua perda automática e a consequente venda a terceiros.

Por motivos imprevistos ou decorrentes de opções de gestão da Casa da Cultura – Teatro Stephens podem ser excecionados à aplicação deste Protocolo um ou mais espetáculos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

Deste modo, atendendo ao disposto no artigo 26.º, n.º 8, do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura – Teatro Stephens e à competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013 de 13 de setembro, a Câmara Municipal delibera estabelecer uma parceria com a MG RÁDIO – RÁDIO E COMUNICAÇÃO DA MARINHA GRANDE, LDA com vista à divulgação de eventos realizados na Casa da Cultura – Teatro Stephens, nomeadamente através da oferta de bilhetes de espetáculos em representação naquele espaço, no decurso de programas da RCM em direto, nos termos do protocolo em anexo.

Delibera ainda aprovar a minuta do protocolo em anexo (Anexo 8), que regula os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia onze de novembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.676.963,42 €** (nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e três euros e quarenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

782 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:15 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 29

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião